

AUTORITARISMO



PROFESSORES DA UFMT RELATAM RELAÇÕES ABUSIVAS QUE ADOECEM A COMUNIDADE ACADÊMICA E PREJUDICAM O FUNCIONAMENTO DA UNIVERSIDADE

O clima de tensão social, intolerância e desconfiança instalado no país foi agravado pelas eleições gerais deste ano, mas os sinais que indicavam a formação desse triste quadro estavam visíveis há algum tempo.

As intervenções externas que cercearam os direitos de livre opinião, manifestação e expressão nos dias 24 e 25/11, por meio dos Tribunais Eleitorais, determinando o que poderia ou não ser debatido nas universidades, quais faixas seriam erguidas, e até mesmo autorizando

a invasão de espaços de organização coletiva chocaram a população. No entanto, as ações de órgãos como Ministério Público Federal, Tribunal de Contas da União, Procuradoria Federal e até mesmo das polícias, interferindo na organização das instituições de ensino superior, têm sido progressivas.

Entre abril e maio desse ano, a Adufmat-Seção Sindical do ANDES-SN ouviu professores das mais diversas áreas de conhecimento da Universidade de Mato Grosso (UFMT),

com o objetivo de identificar a percepção dos docentes acerca das manifestações de autoritarismo na Instituição. Alguns não quiseram falar para evitar exposição. O que já revela um sentimento de insegurança e vulnerabilidade. Dois disseram que não identificavam nada nesse sentido. Oito docentes se dispuseram a refletir sobre o autoritarismo na Universidade, evidenciando que, de uma maneira ou outra, a categoria percebe essas expressões em seu cotidiano, de forma genérica ou específica. *(Matéria especial em anexo)*

“DINHEIRO TEM, MAS NÃO PARA NÓS”,
DESTACA LUIZ FERNANDO REIS EM DÉBATE
REALIZADO PELA ADUFMAT-SSIND
(PG. 03)

**“NOVA ERA”:
LUTA E RESISTÊNCIA**
(PG. 04)

ANÁLISE DE CONJUNTURA: OS PRÓXIMOS ANOS EXIGIRÃO AINDA MAIS ORGANIZAÇÃO E RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES.
(PG. 04)

EM DEFESA DA DEMOCRACIA, CONTRA O NEOFASCISMO

Vivemos tempos sombrios, cuja memória nos remete aos anos de chumbo, quando proibir era o verbo mais usado. Tempos em que ao invés do embate político, havia a tortura nos porões. Tempos em que o direito de divergir era calado pelo medo, e que o espaço da liberdade pública (imprescindível à política) inexistia. Tempos em que a liberdade de aprender e ensinar se limitava à disciplina de Moral e Cívica. Tempos em que as universidades viram seus livros confiscados e/ou queimados, e seus professores, estudantes e técnicos perseguidos. Tempos em que a força das armas impunha-se à força dos argumentos.

Tempos em que a ADUFMAT, fundada em 05/12/1978, presenciou sua Primeira Diretoria sofrer intervenção, quando seus diretores foram destituídos dos cargos, e uma Junta Governativa assumiu a partir de 20/11/1979. Tempos de demissão e de afastamento de docentes de seus cargos e de suas atividades.

Esses tempos que esperávamos ter superado em meados da década de 1980, apresentam-se, agora, como alternativa eleitoral representativa do “novo” e do “diferente”. Um discurso cuja novidade está construída sobre os mais antigos discursos de ódio a todos aqueles que ousem ser e/ou pensar diferente. Como ‘novo’ somente o prefixo que antecede sua definição. Lamentavelmente, esse discurso neofascista tem inspirados as mais terríveis manifestações de ódio racista, LGBTfóbico, xenófobo, que avançam de ataques verbais a ataques físicos contra aqueles que assumem posições diferentes.

Diante desse quadro, cujas perspectivas remetem ao passado de chumbo que deve ser totalmente rechaçado, a Diretoria da ADUFMAT-S.Sind. do ANDES/SN vem a público manifestar-se integralmente em defesa da democracia, dos direitos humanos e sociais e da solidariedade social.

SINOP

DELEGACIA DA MULHER FINALMENTE COMEÇA A FUNCIONAR



FOTO: COLETIVO SINOP PARA ELAS

O Grupo de Trabalho de Políticas de Classe, Questões Étnico-raciais, Gênero e Diversidade Sexual (GTPCEGDS) da Adufmat-Ssind, subseção no campus de Sinop, em parceria com o Coletivo Sinop Para Elas e Adunemat-Ssind, vem lutando constantemente para a instalação da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), fato que foi concretizado no dia 24 de setembro de 2018.

O prédio foi inaugurado com suas instalações junto à Delegacia Regional, no centro da cidade, e a unidade atenderá também crianças, adolescentes e idosos.

A busca pela prevenção e a promoção dos direitos das mulheres é um dos objetivos principais deste grupo, desmistificando o pensamento comum ao se tratar de questões como desigualdade e respeito às mulheres.

A grande preocupação, agora, é quanto ao atendimento adequado e encaminhamento das vítimas, para que elas encontrem apoio, principalmente nos casos que necessitem de medidas protetivas de urgência.

Em Sinop não havia um sistema efetivo para o registro das denúncias. Espera-se, a partir de agora, que haja maior visibilidade para os índices desse tipo de violência.

Ainda há muito o que fazer, porque faltam profissionais nas áreas de Assistência Social e Psicologia para a triagem adequada e acompanhamento das vítimas. Mas a luta não acabou, o grupo reúne-se frequentemente para debater as políticas públicas que envolvem a perspectiva feminina e de gênero. Tivemos conquistas valiosas, porém ainda temos muitos desafios pela frente.

ARAGUAIA

RODAS DE CONVERSA MARCAM AS ATIVIDADES DA SUBSEÇÃO DO ARAGUAIA



FOTO: ORGANIZAÇÃO

Durante o período de greve estudantil na UFMT, a Adufmat-Ssind - Subseção Araguaia realizou algumas rodas de conversas. A primeira ocorreu no dia 11 de maio de 2018, e buscou apresentar um pouco sobre as impressões docentes do movimento estudantil, que acabou construindo uma das mais longas greves da categoria. No evento, os convidados apontaram os fatores políticos e econômicos que levaram aos cortes de recursos.

Os presentes na discussão disseram que seria importante a mobilização docente e descreveram a necessidade de abrir o diálogo com a sociedade barra-garcense e pontalence.

Na segunda roda de conversa, estiveram presentes os professores Marluce Souza e Silva, Armando Tafner Junior e Lélica Elis Lacerda, que discutiram as “Perspectivas do Financiamento da Universidade Pública: Orçamento e Restaurante Universitário (RU)”. A análise feita por eles apontou que precisamos rever o contrato do RU e de todas as empresas terceirizadas contratadas pela UFMT.

Entre os encaminhamentos deste encontro, apontamos a necessidade de realizar um levantamento local para atualização de dados sobre o número de terceirizados atuantes no campus da UFMT Araguaia.

Uma última roda de conversa contou com a participação do professor e pró-reitor Paulo Jorge da Silva, que elaborou a discussão a partir do tema “O Contexto dos Cortes e Contingenciamentos no Orçamento do Campus Araguaia”. Assim, encerramos o ciclo de rodas de conversa trazendo um panorama dos impactos que esses cortes de recursos trazem para a atuação docente local.



GESTÃO: ADUFMAT DE LUTA, AUTÔNOMA E DEMOCRÁTICA

DIRETORIA

Presidente: Reginaldo Silva de Araujo
 Vice-Presidente: Maelison Silva Neves
 Diretora Secretário: Onice Teresinha Dall'Oglio
 Diretora Tesoureiro: Alair Silveira
 Dir. As. Aposentadoria: Maria Adenir Peraro
 Diretoria de Imprensa: Adriana Queiroz N. Penhorati
 Dir. Assuntos Sócio-Culturais: José Ricardo de Souza

Representantes eleitos em Sinop: Lorenna Rezende, Ricardo Santana e Gustavo Canale.

Representantes eleitos no Araguaia: Eliel Ferreira, Márcia Pascotto, Maurício Guedes e Deyvisson da Costa.

Jornalista Responsável: Luana Soutos (DRT 1676/MT)

Av. Fernando Correa da Costa, S/Nº
 Coxipó | Campus UFMT | Cuiabá
 Cep. 78.060-900 | Mato Grosso | Brasil
 (65) 99686-8732 • (65) 4104-0656 • (65) 4104-0548
 adufmat@terra.com.br • www.adufmat.org.br

“DINHEIRO TEM, MAS NÃO PARA NÓS”, DESTACA LUIZ FERNANDO REIS EM DEBATE REALIZADO PELA ADUFMAT-SSIND.



Foto: Luana Soutos

Durante o debate promovido pela Adufmat-Seção Sindical do ANDES Sindicato Nacional no dia 20/09, o professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unoeste), Luiz Fernando Reis, reafirmou o que os estudos sobre o financiamento público demonstram há anos: a falta de recursos para o ensino superior - assim como para os demais direitos sociais - é uma questão de prioridade dos governos.

“O Orçamento Público não é uma peça ‘técnica’: resulta da decisão política do poder Executivo e Legislativo. Dinheiro tem, mas não para nós”, disse o docente, apontando alguns fatores centrais, como o gasto elevado com a dívida pública, o aumento do percentual destinado ao ensino superior privado, e a arrecadação e distribuição da carga tributária.

“A crise não é para todos, mas nós temos de verificar quem está pagando essa conta. Na última campanha os candidatos disseram que os direitos não seriam tocados. Mas foi só passar a eleição que vários direitos historicamente conquistados começaram a ser retirados. Os governos sempre jogam nas nossas costas o preço das crises. Já para os senhores do mercado financeiro, os governos sempre asseguram a rentabilidade”, afirmou Reis.

O professor demonstrou que, embora a dívida pública consuma quase 50% dos recursos arrecadados pela União - 46,56% considerando juros, amortizações e refinanciamentos -, é justamente sobre as despesas não financeiras - saúde, educação e segurança - que os governos brasileiros têm executado cortes com a justificativa de “equilibrar as contas”. Enquanto isso, as despesas financeiras, que incluem a dívida pública, podem concentrar cada vez mais recursos. Nas palavras do professor, para o pagamento da dívida aos grandes bancos, “o céu é o limite”.

Em compensação, em 2016, a população brasileira assistiu o Governo Temer aprovar a Emenda Constitucional 95, que congelou por 20 anos os investimentos em direitos sociais que, juntos, não recebem nem 10% de investimento.

Com relação aos recursos destinados ao ensino superior, fica a pergunta: se há dinheiro público disponível em maior quantidade para o ensino privado, por que, ao mesmo tempo, falta para o ensino público? Em 2003, demonstrou Reis, para cada um real investido nas universidades federais, uma proporção de 7,97% era direcionada ao Prouni e Fies. Em 2017, esse percentual chegou a 42,29%, representando uma evolução de 430,

61% nesses quatorze anos. No mesmo período, a variação do investimento nas universidades federais representou 155,60%.

Para a Universidade Federal de Mato Grosso, por exemplo, os cortes começaram a impactar com maior veemência a partir de 2014, mas já eram verificáveis antes disso, como é possível observar na tabela abaixo. Os dados do Banco Central, do Senado e os demonstrativos de Execução Orçamentária dos Órgãos e Unidades da União apontam que a UFMT perdeu 8,05% da verba de custeio entre 2003 e 2017, abaixo da média nacional, que foi 9,69%. No entanto, os recursos para investimento tiveram redução de 91,73% no mesmo período, bem acima da média nacional, de 59,42%.

“Eu soube que a reitora de vocês já avisou que a universidade está sofrendo com os cortes, e que será preciso reorganizar as despesas. No entanto, o que ela precisa discutir no Ministério da Educação é por que os recursos para o ensino privado aumentam enquanto diminuem para o público, por que os governos não taxam as grandes fortunas e por que não limitam os gastos com a dívida pública em vez dos direitos sociais”, disse Reis.

A questão tributária, terceiro ponto de destaque do debate, aparece numa perspectiva diferenciada, pois uma parte da população acredita, de maneira equivocada, que o Brasil é um dos países que mais arrecada impostos no mundo. “O nosso problema não é a quantidade de impostos. Não é verdade que nós somos um dos países que mais recolhe. O nosso problema é a forma como arrecadamos e distribuimos. Nossa carga tributária é regressiva, incide sobre o trabalho e consumo, de maneira que a população que ganha até 2 salários mínimos gasta mais de 50% da renda com impostos, enquanto as que ganham acima de 30 salários gastam cerca de 30%. Há margem para aumentar a arrecadação

taxando bens e grandes fortunas”, destacou o professor.

Alternativas

Dentro da perspectiva apresentada, as alternativas para enfrentamento devem ser coletivas. “Nós não vamos resolver nossos problemas nas reuniões de departamento”, alertou o palestrante. As ações na organização sindical, junto a outras entidades de trabalhadores, com vistas à revogação da Emenda Constitucional 95/16, bem como a cobrança pelo cumprimento da prerrogativa constitucional de realizar a auditoria da dívida pública, foram as principais formas de reação destacadas por Reis.

“Quem teve estômago para ler a proposta do atual governo, chamada Ponte para o Futuro, percebeu que, para eles, o principal entrave econômico do país tem origem nos direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988. E essa agenda do Governo Federal, bem como as dos governos estaduais, ainda não foi implementada na integralidade. Isso significa que vem mais desgraça por aí. Nós precisamos nos organizar e atuar em conjunto com outras entidades para além dos muros da universidade”, concluiu o docente, lembrando que o conhecimento desenvolvido pelas universidades já foi fundamental em outros momentos políticos estratégicos, como na elaboração do Sistema Único de Saúde, na década de 1970.

Todos os dados apresentados pelo professor podem ser conferidos no material utilizado durante a exposição, disponível no site da ADUFMAT-S.Sind.

Após o debate, a Adufmat-Ssind encerrou as atividades do dia 20/09 com apresentações culturais, a 3ª Edição da Feira de Livros do GT de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria (GTSSA) e a 3ª Edição do Lusco Fusco happy hour cuiabano.

Tabela 6 – Evolução das Despesas da União com a UFMT (incluído o Hospital Júlio Muller): Custeio (ODC) e Investimentos como percentual dos recursos globais da universidade- 2003-2017. Valores (R\$ 1,00), a preços de janeiro de 2018 (IPCA).

ANO	RECURSOS GLOBAIS (A)	CUSTEIO (ODC) (B)	INVESTIMENTOS (C)	(B)/(A)	(C)/(A)
2003	365.074.760	43.463.304	2.322.939	11,91%	0,64%
2004	376.703.314	47.190.173	5.467.556	12,53%	1,45%
2005	376.666.317	54.977.119	7.502.024	14,60%	1,99%
2006	478.034.041	51.958.949	12.813.647	10,87%	2,68%
2007	503.636.434	63.864.006	15.646.254	12,68%	3,11%
2008	556.554.490	66.451.780	20.721.521	11,94%	3,72%
2009	606.664.002	89.273.094	40.105.069	14,72%	6,61%
2010	750.167.126	118.896.956	50.889.547	15,85%	6,78%
2011	807.491.670	123.983.088	99.704.782	15,35%	12,35%
2012	750.704.906	121.903.956	34.227.332	16,24%	4,56%
2013	852.830.507	156.591.465	39.774.134	18,36%	4,66%
2014	893.738.214	159.439.716	32.458.680	17,84%	3,63%
2015	863.592.900	148.982.301	20.038.049	17,25%	2,32%
2016	910.122.381	154.900.979	18.849.305	17,02%	2,07%
2017	1.000.483.232	146.606.734	3.288.111	14,65%	0,98%
Δ 2003-2017	174,05%	237,31%	41,55%		
2003-2017 (% MÉDIO)				14,79%	3,84%
RESTRICÃO DE RECURSOS UFMT		- 8,05%	- 91,73%		
		(2017/2014)	(2017/2013)		
RESTRICÃO DE RECURSOS UNIVERSIDADES		-9,69%	- 59,42%		
		(2017/2013)	(2017/2014)		

Fonte: Banco Central do Brasil (2017); Senado Federal (2017c). Demonstrativos da Execução Orçamentária por Órgãos e Unidades Orçamentárias (2003-2017). Elaboração: Luiz Fernando Reis.

ANÁLISE DE CONJUNTURA: OS PRÓXIMOS ANOS EXIGIRÃO AINDA MAIS ORGANIZAÇÃO E RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES.

Independente de quem vença as eleições em 2018, os próximos anos serão de intensos ataques aos servidores públicos e trabalhadores em geral, exigindo organização e ainda mais resistência na luta em defesa dos direitos sociais e das garantias constitucionais. Assim avaliaram os professores que participaram da assembleia geral realizada pela Adufmat – Seção Sindical do ANDES-SN na tarde do dia 28/09.

Como de costume, os docentes realizaram um longo debate sobre a conjuntura política, que envolve também a eleição de 2018, relacionando fatos nacionais e internacionais que impuseram as políticas de austeridade implementadas pelo atual governo, a retirada sistemática de direitos sociais e trabalhistas ao longo dos anos, bem como a inversão de valores acerca do que seja público e privado.

“Analisando os programas de governo apresentados pela grande maioria dos candidatos nesta eleição, nós podemos verificar que nenhum deles propõe uma ruptura real com a lógica neoliberal de ataque aos trabalhadores, reduzindo cada vez mais os nossos direitos”, destacou o professor Maelison Neves, vice-presidente da Adufmat-Ssind.

O professor também ressaltou o esforço do sindicato nos últimos anos em realizar diversos debates sobre como essas políticas vêm sendo impostas. Na greve de 2015, por exemplo, a Adufmat-Ssind realizou um seminário de vários dias problematizando todas as contrarreformas: trabalhista e sindical, universitária, política, tributária, administrativa/do Estado, e previdenciária. Depois disso, outros inúmeros debates foram realizados. Este ano, por exemplo, os professores Luiz Fernando Reis e Eblin Farage ministraram mesas sobre o financiamento da universidade e os cortes orçamentários.

Durante a assembleia, outros docentes apresentaram informações sobre o aumento da intolerância e truculência em diversas universidades do país, que incluem abordagens arbitrarias e intimidatórias da polícia nos campi universitários - há registros na Universidade Federal de Mato Grosso. Além disso, a atuação articulada entre instituições federais tem colocado cada vez mais em xeque a autonomia da universidade, incidindo não apenas sobre as ações políticas, mas também administrativas.

O presidente da Adufmat-Ssind, Reginaldo Araújo, lembrou que mais de 700 estudantes da UFMT foram arrolados num processo judicial durante a última greve



Foto: Luana Soutos

estudantil, e até o momento a situação não foi solucionada, apesar das inúmeras solicitações do sindicato.

Embora o debate tenha sido intenso e várias propostas tenham sido apresentadas, os docentes decidiram, ao final, não fazer nenhum encaminhamento relacionado à conjuntura, priorizando a realização de atividades aprovadas em assembleias anteriores, como a organização de novos debates e campanhas.

“NOVA ERA”: LUTA E RESISTÊNCIA

A universidade federal brasileira sempre sofreu com a esquizofrenia da classe dominante. De um lado, se consolidou como aquela com maior qualidade de ensino, de pesquisa e de extensão; de outro, tornou-se o foco daqueles que atuam para o seu completo desmonte. Seus méritos têm sido sua sentença de morte por “justiceiros privatistas”.

A chamada “Nova Era” que saiu vitoriosa das urnas teve uma gestação, precisamente, de 28 anos: a partir da eleição de um autoproclamado “caçador de marajás”. Tendo como referência Reagan, nos EUA, e Thatcher, na Inglaterra, ao ‘caçador de marajás’ cabia, antes de tudo, a implementação do neoliberalismo no Brasil. E, desde então, esse projeto societário tem sido implementado (independente do governo e da composição legislativa), com maiores ou menores dificuldades.

Nesses 28 anos, o chamado déficit público passou a nortear o horizonte dos brasileiros e a justificar todas as políticas de contração e/ou retirada de direitos sociais e trabalhistas. De contrarreforma em contrarreforma, a Previdência Social foi sendo esvaziada da lógica da solidariedade geracional e da aposentadoria como direito digno e certo; garantias trabalhistas foram sendo extirpadas, elegendo o trabalho intermitente como o principal símbolo da “modernidade” das relações trabalhistas; direitos sociais foram sendo associados ao assistencialismo e ao estímulo à preguiça; saúde e educação pública foram sendo mortas por asfixia, através de cortes orçamentários recorrentes e progressivos.

E enquanto o ‘público’ foi sendo satanizado e a ‘iniciativa privada’ sacralizada, recursos públicos foram sendo privatizados.

Assim, aqueles que satanizam o Estado são os mesmos que do Estado se beneficiam. E, inclusive, disputam processos eleitorais para fazer parte do Estado que acusam de incompetente, ineficaz e corrupto. Essa “dedicação” ao Estado, entretanto, tem outras razões: manter e aprofundar as

políticas que beneficiam o grande capital, traduzidas em renúncias e incentivos fiscais, REFIS, perpetuação da DRU, pagamento da dívida pública, perdão de dívidas privadas, manutenção da política tributária regressiva, Medidas Provisórias (MP) e Projetos de Lei (PL) ao gosto do “cliente”e, lógico, garantir a inação do Estado para combater a sonegação fiscal.

De maneira concomitante, ao aprofundamento da privatização do Estado (e da sua irresponsabilidade quanto às políticas sociais públicas) aprofundou-se a criminalização dos movimentos sociais, sindicais, populares e estudantis. Lutar e resistir foram progressivamente criminalizados. Transbordando da face “legal” que condenava greves à ilegalidade e os grevistas ao pagamento de multas impagáveis, a criminalização tem assumido formas que vão da agressão verbal e física à prisão de lutadores sociais.

A Lei do Antiterrorismo tem sido rápida “e adequadamente” ampliada como forma de abranger todas as organizações coletivas dos trabalhadores. O MST, pela sua luta e resistência histórica, tem sido o principal foco da criminalização e da perseguição política.

Nesses 28 anos, o Estado foi sendo sucateado para permitir veracidade à retórica de inviabilidade de tudo que é público, de maneira a tornar palatável a defesa da privatização. Assim foi - e tem sido - com a educação básica e o ensino médio e, agora, com o ensino superior. Assim tem sido com a saúde pública, para abrir mercado para as empresas que vendem planos privados de saúde. Assim tem sido com a Previdência Social para assegurar os lucros do sistema de capitalização privado. Assim tem sido com o sucateamento dos Correios e com os bancos públicos. À resistência dos trabalhadores para conservar a qualidade desses serviços e o seu caráter público, os interesses dominantes e antissociais reagiram - e reagem - com a criminalização das lutas, das greves e dos lutadores sociais.

A autointitulada “Nova Era” tem, portanto, raízes mais

profundas do que o período eleitoral. Ela foi sendo construída sobre o individualismo mais egoísta, a indignação social mais profunda, o desemprego e a vulnerabilidade do trabalho mais agressiva, a falta de expectativa política e social mais densa. Ela não é ‘nova’. O que essa “Era” tem de novo é o ódio e a intolerância como forma de relação social permeando a vida cotidiana. O ‘novo’ é o velho sentimento anticomunista, de perseguição e aniquilação daqueles que são e pensam diferente. E quando a intolerância e o ódio transformam-se em práticas sociais comuns, tem-se o medo e a violência como resultados. E, obviamente, o Estado Democrático de Direito está seriamente comprometido.

Embora esse processo de desrespeito à Constituição tenha iniciado bem antes, com ações pontuais em várias universidades do país, os dias 24 e 25 de outubro/2018 ficarão na memória de professores e estudantes das universidades. Especialmente das universidades públicas federais. Foram dias em que mais claramente do que nunca o Estado desrespeitou a Democracia e o Direito que o definem constitucionalmente. Foram dias da “Nova Era” anunciando mais claramente o seu debut. Foram dias em que os “monstros” do racismo, do ódio, da intolerância, do escárnio sentiram-se agraciados (e revitalizados) com as ações de agentes do Estado, desrespeitando a livre manifestação de pensamento e de expressão, assim como a autonomia universitária. Foram dias de Escola Com Mordança!

O Pleno do Supremo Tribunal Federal (STF), no dia 31/10/2018, manifestou-se, de forma contundente, em defesa da autonomia universitária e das liberdades de expressão, de cátedra e de reunião. Além disso, posicionou-se fortemente contrário aos excessos de agentes do Estado. Como declarou a ministra Carmen Lúcia: “a única força legitimada para invadir as universidades é das ideais, livres e plurais. Qualquer outra que ali ingresse é tirana, e tirania é o exato contrário da democracia”.

Diretoria da Adufmat-Ssind.

AUTORITARISMO

PROFESSORES DA UFMT RELATAM RELAÇÕES ABUSIVAS QUE ADOECEM A COMUNIDADE ACADÊMICA E PREJUDICAM O FUNCIONAMENTO DA UNIVERSIDADE

O clima de tensão social, intolerância e desconfiança instalado no país foi agravado pelas eleições gerais deste ano, mas os sinais que indicavam a formação desse triste quadro estavam visíveis há algum tempo.

As intervenções externas que cercearam os direitos de livre opinião, manifestação e expressão nos dias 24 e 25/11, por meio dos Tribunais Eleitorais, determinando o que poderia ou não ser debatido nas universidades, quais faixas seriam erguidas, e até mesmo autorizando a invasão de espaços de organização coletiva chocaram a população. No entanto, as ações de órgãos como Ministério Público Federal, Tribunal de Contas da União, Procuradoria Federal e até mesmo das polícias, interferindo na organização das instituições de ensino superior, têm sido progressivas.

Entre abril e maio desse ano, a Adufmat-Seção Sindical do ANDES-SN ouviu professores das mais diversas áreas de conhecimento da Universidade de Mato Grosso (UFMT), com o objetivo de identificar a percepção dos docentes acerca das manifestações de autoritarismo na Instituição. Alguns não quiseram falar para evitar exposição, o que já revela um sentimento de insegurança e vulnerabilidade. Dois disseram que não identificavam nada nesse sentido. Oito docentes se dispuseram a refletir sobre o autoritarismo na Universidade, evidenciando que, de uma maneira ou outra, a categoria percebe essas expressões em seu cotidiano, de forma genérica ou específica.

No período das entrevistas, o avanço do conservadorismo já assombrava alguns docentes. O professor Carlos Bertolini, por exemplo, que leciona História há mais de 30 anos no ensino superior, lamentou, na ocasião, o profundo desconhecimento da população brasileira. Cinco meses depois, suas palavras soam ainda mais atuais: "Eu me sinto amargurado por investigar o passado do país, que é cheio de vexames. Tudo o que estamos vendo na nossa República já aconteceu. A população é mal informada. Esse discurso sobre corrupção... o roubo aos trabalhadores é muito superior ao identificado no Bolsa Família. A afirmação de que nós somos a sétima economia é um embuste, pois o correto é considerar a renda per capita. A intolerância dos grupos alternativos de minorias aqui dentro, se confrontando com o que é pior ainda, que é o conservadorismo católico e das religiões reformadas, está fazendo nosso país entrar numa luta intestina infundável. Esses grupos religiosos não ousavam fazer dos seus pontos de vista diretrizes obrigatórias para as políticas públicas, eles sustentavam escolas religiosas. As redes sociais e a midiáticação dessas questões são a pá de cal para o fracasso da nossa democracia. Ninguém tem respeito pela Educação no país, o autoritarismo está em alta. A candidatura dos assassinos, dos grupos de extermínio, cujo slogan é o tiro, representa o que já está sendo praticado. E isso vai virar política pública. É lastimável!", afirmou o docente.

Seja pela estrutura organizacional, pelas relações interpessoais ou ainda pela precarização do trabalho, é possível verificar que a Universidade tem reproduzido o autoritarismo entranhado na sociedade brasileira, gerando conflitos diversos que adoecem

a comunidade acadêmica e prejudicam as atividades da Instituição.

AUTORITARISMO ESTRUTURAL

Para a professora Qelli Rocha, do Departamento de Serviço Social, o próprio modelo de organização da universidade, por si só, é autoritário, desde os projetos políticos pedagógicos, passando pelas relações de trabalho, interpessoais e até mesmo pedagógicas entre docentes e discentes. "Isso se deve ao projeto de universidade que a gente tem, extremamente tecnicista, irracionalista, burguês", afirmou a docente.

Além disso, de acordo com a professora, a verticalização dessa estrutura também é um elemento gerador de conflitos. "Os departamentos tendem a responder às necessidades do Ministério da Educação (MEC), que muitas vezes não são as mesmas necessidades do processo de formação profissional e das associações de pesquisa. Então você tem uma coordenação e uma chefia de departamento que acabam sendo pressionadas pela Instituição, que pressionam o professor, e o professor devolve essa pressão para esse chefe de departamento e também para os estudantes", explicou Rocha, afirmando: "nós sofremos os reflexos dessa sociedade em que os iguais são tratados de forma diferente, com disparidade e dicotomia".

AUTORITARISMO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

Rocha também incluiu a precarização da estrutura da universidade - já autoritária - como um agravante. "Eu identifico questões autoritárias do momento que eu chego aqui até o momento que eu saio, pelas condições estruturais da própria Universidade: cadeiras quebradas, computadores ultrapassados, sem funcionário para auxiliar com equipamentos... O professor precisa ser polivalente, além de dar aula, tem de saber montar o som, arrumar equipamentos... são problemas que parecem pequenos, mas que, às vezes, tomam metade do nosso tempo", relatou a professora.

O processo de precarização também foi destacado pela professora Temilze Duarte, do Instituto de Biologia (IB), para quem a falta de estrutura provocada pelo contingenciamento de recursos é motivador de possíveis estresses. "Eu acredito que as relações dentro da Universidade podem ficar tumultuadas, como reflexo dos cortes de recursos e da sobrecarga de trabalho", destacou.

AUTORITARISMO NAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS

Foi o autoritarismo manifestado nas relações interpessoais que mais motivou os entrevistados a falarem. O professor do Departamento de História, Marcelo Fronza, acredita que elas sejam isoladas, frutos de atitudes individuais. "Institucionalmente eu não percebo autoritarismo. Pelo contrário, na História nós resolvemos tudo por meio do colegiado. Mas, às vezes, aparecem alguns profissionais que têm atitudes autoritárias, posturas individuais que se travestem, por meio de legalismos, em ações autoritárias. Mas no geral, os professores novos e



Imagem de um dos corredores do ICHS/UFMT. Foto: Edzar Allen.

AUTORITARISMO

antigos, juntos, estão reavaliando essa questão. Há pessoas que não percebem o contexto à volta, pelo próprio ego. O autoritarismo é a busca de poder onde não existe esse poder. Na minha opinião, são poucas pessoas que têm essa postura, e está diminuindo”, afirmou.

Para o professor da Matemática, Aldi Nestor, dois episódios concretos sintetizam um pouco das relações autoritárias presentes na Universidade, em especial de servidores efetivos para com terceirizados. “Numa das situações eu precisei intervir. Era um professor aos berros com uma pessoa da equipe de limpeza. Ele me perguntou se eu estava tomando as dores dela e eu respondi que sim, que tomaria todas as vezes que fosse necessário, porque todo mundo sabia que a pessoa limpava todas as salas, todos os dias, e que limparia a dele também. Nós, evidentemente, cortamos relações”, explicou.

A outra situação, segundo o docente, foi parecida. “O pessoal da limpeza precisava ficar esperando um técnico administrativo para pegar a chave de um laboratório que só ficava com ele. De novo, uma situação vexatória. São casos isolados, que não ocorrem toda semana, mas você vê insinuações de vez em quando. Há certa invisibilidade, que talvez seja ainda mais grave, porque fica a aparência de Casa Grande e Senzala, que o pessoal faz questão de manter. É explícito. E, para mim, é um autoritarismo naturalizado, onde alguns têm direito a banheiro privativo, enquanto outros não têm direito a lugar nenhum, e são tratadas como subgente”.

Um dos entrevistados, que preferiu não se identificar, afirmou que “no geral, o ambiente de trabalho na UFMT é bom, mas faltam orientações mais objetivas sobre a função do professor, e o curso para docentes iniciantes não ajuda muito. Além disso, a comunicação verbal não formal, de cima para baixo, geralmente causa prejuízo aos professores de forma intencional”.

Armando Tafner, da Faculdade de Economia, concorda que as relações interpessoais que estruturam a universidade realmente revelam seu viés autoritário. “Muita coisa é imposta aos servidores e eles são obrigados a aceitar sem questionar. Uns têm mais liberdade, outros menos, e essas imposições limitam e impõem diferenças entre os professores. Os mais velhos percebem a exclusão dos seus atos. Às vezes são praticamente ignorados. Esse tipo de relação não está explícita, mas implícita nas atuações, seja nos departamentos ou nas pró-reitorias. Eu acredito que muitas delas sejam por interesse político, privilegiando alguns em detrimento dos outros. Essa é uma questão de autoritarismo”, afirmou o docente.

“Quando você entra na universidade é tudo novo, você fica extasiado. Depois percebe que você mesmo passa a ser objeto político de disputa por poder entre os grupos. Se você não obedece, não se declara pró alguma coisa, necessariamente está contra, e passa a sofrer exclusão, recusam seus projetos, essas coisas”, acrescentou Tafner.

A professora do Instituto de Biologia, Jane Vignado, destacou o adoecimento provocado pelo estresse¹. “As relações opressivas adoecem. Hoje nós temos muitos professores depressivos, ansiosos, desanimados, com autoestima prejudicada. Você libera hormônios de estresse, tem problema de hipertensão, vai viver menos.

Aqui na UFMT nós já tivemos até suicídios de alunos”, exemplificou.

“Eu sou professora na UFMT há 30 anos, desde dezembro de 1989. Vi varios gestores, modelos econômicos, alunos e colegas de trabalho. O que eu posso dizer é que as relações opressoras estiveram presentes em todos os momentos, de diferentes maneiras. Entre professores, um dos exemplos é a titulação: se um tem pós-doutorado, terá mais poder que um mestre; um professor que publica mais, estabelece uma relação opressiva com aqueles que publicam menos. São gerações diferentes de professores e é natural que o novo venha para substituir os mais antigos, mas a relação poderia ser mais harmoniosa, menos competitiva, de desqualificação do antigo como forma de ostentação”, relatou Vignado.

Além do conflito geracional, a docente destacou ainda que a própria concepção de produtividade deve ser objeto de questionamentos. “Nós deveríamos produzir conhecimento, mas o conceito de conhecimento também é subjetivo. Cada um vê a partir das suas representações. Então, para algumas pessoas, produzir conhecimento é produzir papers, que poucos vão ler. E a nossa universidade valoriza isso. Precisa valorizar, porque tem as agências de fomento, mas não é só isso que é ser produtivo. Esses conceitos precisam ser revistos no nosso ambiente. Precisamos rever o que significa produção no ambiente universitário, porque existem problemas sérios na UFMT, na universidade brasileira”, observou.

Doutor em História, o professor Carlos Bertolini concedeu uma longa entrevista relatando um pouco de tudo o que viveu em mais de trinta anos de docência. A avaliação – em suas palavras, “um tanto quanto pessimista” – é de que, atualmente, o autoritarismo está em todos os níveis. Uma das maiores referências nesse sentido, de acordo com o professor, foi a implementação da Avaliação Institucional durante a gestão da professora Maria Lúcia Cavalli Neder.

Além disso, há indisposições também nos espaços de organização interna. “Quando eu pedi recentemente a minha saída para doutorado, estando aqui há 30 anos, julgaram meu pedido improcedente e mandaram a minha solicitação ao Ministério Público. Meus colegas de departamento! Então, um local onde você tem de recorrer permanentemente à Justiça para conseguir ter seus direitos respeitados, mostra seu fiasco. Eu fui requisitar a minha aposentadoria, a Lei não estava nem perto de ser votada, e já me impuseram os descontos e a multa de 30%, como se a Lei já estivesse em vigor. A relação interna, entre professores e estudantes, perde de vista que nós estamos numa escola, que nós temos uma missão educacional, um ambiente a cuidar para que funcione. Somos tratados pela burocracia como meliantes. A coisa ficou totalmente invertida. Passamos a ser suspeitos sem nenhum indício que tenha sido relatado contra nós”, afirmou Bertolini.

A professora do Departamento de Serviço Social da UFMT, Marluce Sousa e Silva, pesquisa o ambiente de trabalho universitário. Em um dos artigos publicados recentemente, a docente demonstra o número expressivo de processos administrativos e sindicâncias na Universidade entre 2010 e 2014, envolvendo, entre outras coisas, violências verbais e até ameaça de morte.

AUTORITARISMO COMO CARACTERÍSTICA HUMANA

A docente Jane Vignado acredita, ainda, que o autoritarismo é fruto da característica humana, agravada pelo modelo de sociedade. “O autoritarismo é um problema da espécie humana, porque ela é competitiva, e a competição acaba se tornando a opressão. A opressão se agrava quando você está num modelo de sociedade que naturalmente mantém as injustiças sociais, e a UFMT é uma célula que reproduz a sociedade”, afirmou a bióloga.

AUTORITARISMO NOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Para o professor Carlos Bertolini, as organizações dos trabalhadores também contribuíram para a formação do cenário atual. “Eu não sou uma pessoa muito animada, meu testemunho vai muito contra a corrente e não compartilho do principal elemento do corporativismo, qual seja, os nossos problemas são discutidos somente entre quatro paredes. A ideia de que qualquer greve era legítima vem do Regime Militar, quando as pessoas eram perseguidas. Nós tivemos casos aqui dentro. Muitas pessoas foram espancadas, afastadas das suas funções. Mas pegar a legitimidade que um movimento desse tipo tem ao se opor a uma autoridade tirânica e transpô-la automaticamente para a democracia, independente das suas consequências e resultados, nos levou a destruição completa em que nos encontramos agora. É mais uma dimensão do autoritarismo e do patrimonialismo”, afirmou o historiador.

AUTORITARISMO POR INTERFERÊNCIAS EXTERNAS E A RESPOSTA DA UNIVERSIDADE

Há uma crescente influência de órgãos externos na dinâmica da Universidade, comprometendo a autonomia universitária e as relações de trabalho, estabelecendo controle de tempo e movimento dos docentes como se o ofício da docência pudesse ser medido pela métrica da quantidade. Junto com o desrespeito à especificidade do trabalho docente, com o produtivismo e com a ingerência externa, também as relações institucionais e interpessoais vão sendo progressivamente tensionadas, precarizadas. Não por acaso, cresceu o número de processos contra docentes, servidores, estudantes, assim como as tentativas de inviabilizar direitos assegurados e criminalizar movimentos sociais internos. Em meio ao caos, novas reformas e o Projeto Escola Sem Partido batem à porta, arrastados pela onda conservadora.

De acordo com o historiador Marcelo Fronza, o reflexo da sociedade na universidade é evidente. “Alguma parte da sociedade vê de maneira positiva atitudes autoritárias da prática do Estado, da prática policial. Coincidentemente essas pessoas são claramente misóginas, machistas, racistas. Ou, pelo menos, não lutam contra isso, porque todos nós somos preconceituosos, mas enquanto alguns tentam mudar, outros têm orgulho. Felizmente essas pessoas são minoria. É importante que a universidade tenha esse olhar contraditório, porque a sociedade, sim, está rumando para um caminho autoritário, volta da ditadura militar, por desconhecimento mesmo. Mas a universidade tem o dever de fazer esse contraponto, porque a democracia se baseia em conhecimento e diálogo”, concluiu o professor.

¹ As relações de trabalho e adoecimento docente são temas abordados com frequência pela Adufmat-Ssind e ANDES-Sindicato Nacional. Nos últimos anos, foram vários eventos sobre adoecimento, suicídio, assédio moral, além de debates relacionados à flexibilização e retirada de direitos, que também apontam prejuízos à saúde física e mental dos trabalhadores. Estudo da professora Gisele Cristine Tenório de M. Levy, doutora em Políticas Públicas, destaca a síndrome de Burnout, e explica que “a doença está baseada na perspectiva sociopsicológica de Christina Maslach, que descreve a síndrome como o resultado de um processo de estresse laboral crônico, resultando no desenvolvimento de um comportamento que se caracteriza pela frieza e indiferença no trato com (aluno/cliente/usuário) e, mais à frente, a todas as esferas associadas à vida desse profissional. Nessa perspectiva, variáveis socioambientais são determinantes para o desenvolvimento da síndrome, que pode ser avaliada a partir de três dimensões: Exaustão Emocional, Despersonalização e Baixa realização pessoal”.